

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Mercado de trabalho



WALDEMIR BARRETO/DIVULGAÇÃO/JC

Ao abrir os debates no plenário sobre a PEC que reduz a jornada máxima para 40 horas semanais e extingue a escala 6x1, o senador gaúcho Paulo Paim (PT) rebateu os argumentos de que a medida afetaria a produtividade nacional. “Reduzir a jornada não é trabalhar menos para produzir menos; é trabalhar melhor, é modernizar a economia e produzir mais. Não se trata de uma guerra entre capital e trabalho, mas da busca pelo equilíbrio e pela dignidade do trabalhador”, sustentou o aúcho.

Oriovisto alerta para impacto

Por outro lado, o senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) manifestou preocupação com os reflexos da proposta sobre os custos de produção e o setor produtivo. “Ninguém pode ser contra o trabalhador ter mais tempo com a família, mas aplicar uma mudança desse porte sem os devidos ajustes de prazos pode criar um choque na economia e prejudicar inclusive os trabalhadores informais”, ponderou o paranaense.

Renan Filho e os menores salários

O senador Renan Filho (MDB-AL) destacou que a extensão exaustiva das jornadas atinge majoritariamente as camadas de menor renda do País. “A jornada acima de 40 horas atinge principalmente quem ganha até três salários mínimos. O papel da legislação é justamente estabelecer parâmetros justos e proteger a parte mais vulnerável da relação de trabalho, garantindo que o ganho de produtividade seja acompanhado por mais qualidade de vida”, afirmou.

Zenaide e mães solo

A senadora Zenaide Maia (PSD-RN) enfatizou os reflexos humanos e de saúde pública com a mudança na escala de trabalho, direcionando a atenção às trabalhadoras chefes de família. “Temos no Brasil mais de 10 milhões de mães solo que enfrentam jornadas duplas ou triplas sem tempo para cuidar dos próprios filhos. O fim da escala 6x1 é uma medida essencial de humanização, saúde mental e fortalecimento da estrutura familiar”, declarou a parlamentar.

Risco de cheias no Sul pelo El Niño

A quarta edição do Painel El Niño 2026-2027, divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), aponta uma probabilidade superior a 95% de que o El Niño alcance intensidade “muito forte” entre outubro e dezembro. Na Região Sul, o boletim do Inpe e do Cema-den alerta para precipitações acima da média histórica e risco elevado de inundações nos próximos meses. Embora Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permaneçam livres de estiagem, as fortes chuvas já provocaram a elevação dos rios gaúchos e catarinenses. Na agricultura, o excesso de umidade beneficia a primeira safra do milho, mas acende o sinal de alerta para a incidência de doenças fúngicas no trigo e possíveis atrasos no plantio do arroz e da soja.

Empregadores do RS na ‘lista suja’

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atualizou o Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão. A nova “lista suja” inclui 82 novos nomes em todo o Brasil, sendo quatro no RS.

Presidenciáveis organizam estratégias para o 2º turno

Flávio esteve em Goiânia e Lula participou de reuniões internas



No terceiro dia após o pleito de domingo, os candidatos ao Planalto, Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estão retomando as agendas de campanha e definindo as estratégias com os aliados e apoiadores para o segundo turno.

Flávio afirmou que o Brasil não vive uma democracia plena e que, quando falou em redemocratizar o País e mudar a Constituição caso eleito, estava falando sobre aprovar propostas de emenda à Constituição (PECs). Ele disse que falava de propostas que tem defendido ao longo da campanha, como redução da maioria penal, reforma do Judiciário, reforma política, mudanças na reforma tributária e fim da reeleição para presidente.

“Tem várias PECs que são possíveis”, respondeu nesta quarta-feira ao ser questionado pela imprensa sobre a declaração dada na véspera. Nesta terça, em Goiânia, Flávio falou em usar a vantagem da direita no Congresso para mudar a Constituição e “redemocratizar o País”.

Ao falar sobre a proposta de fim de reeleição, Flávio manteve uma brecha para aumento do mandato.

“É o Congresso que vai definir

os critérios, se vai ser mandato de 4 ou 5 anos, se vai valer só para presidente, se vai valer para governador”, afirmou. “Eu vou usar o capital político de um presidente recém-eleito para aprovar essa PEC [do fim da reeleição] para redemocratizar o nosso país.”

Flávio negou ainda que a fala sobre mudar a Constituição tenha a ver com seguir planos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado por tentativa de golpe.

“Qualquer coisa diferente disso é especulação. Eu já vi gente começar a dizer: ‘ah, agora o Flávio, com esse Congresso com ampla maioria, ele vai fazer o que o pai dele não fez’. Vamos parar de mentir, vamos aterrissar no mundo real. Para de fazer torcida”, disse.

Flávio afirmou ainda que o Congresso está configurado para ele e não para Lula (PT) - o PL obteve a maior bancada na Câmara e no Senado. O partido obteve 121 de 513 deputados e 28 de 81 senadores.

O presidente Lula admitiu para aliados que a sua campanha à reeleição não está bem ordenada. O presidente disse em reunião com parlamentares aliados que foram eleitos que comunicou ao presidente do PT, Edinho Silva, que esta é a menos organizada que ele participou desde a primeira, em 1989.

“Acho que nós fizemos uma

campanha aquém da minha possibilidade, poderíamos ter feito mais. Disse para o Edinho que essa foi a campanha menos organizada que participei desde 1989”, declarou Lula em um tom humorado, apesar da cobrança feita em público aos organizadores.

Minutos depois da crítica pública de Lula aos organizadores da campanha, a transmissão que estava sendo feita no canal do YouTube do PT foi derrubada pelos moderadores. O vídeo foi restabelecido após 13 minutos.

O presidente disse também que “estranhou” o fato de não ter sido eleito em primeiro turno ou terminado o primeiro turno à frente do senador Flávio Bolsonaro (PL). “Nesta eleição, eu não conseguia enxergar como não ganhávamos pelas entregas que fizemos. (...) Isso não foi suficiente para que uma parcela da sociedade entendesse o que fizemos”, disse Lula.

O presidente também cobrou uma unidade da esquerda. Segundo ele, todos os partidos do campo progressista poderiam se unir em um só. “Haverá um dia em que a esquerda vai estar em um partido só. É uma questão de maturidade e de tempo. Muitas vezes, a gente não tem divergência programática, tem sustentabilidade de cargo de quem está e não quer sair”, disse Lula.

Família Sarney fica sem mandato pela primeira vez

A partir de 2027, a família Sarney ficará sem nenhum representante em mandato eletivo pela primeira vez em 72 anos.

O cenário ocorre depois da derrota de Roseana Sarney (MDB-MA), filha do ex-presidente José Sarney, na disputa pelo Senado Federal.

Roseana foi eleita deputada federal pelo Maranhão em 2022, mas o mandato acaba em janeiro de 2027 e nenhum outro membro da família estará em algum mandato.

Roseana foi a terceira colocada na disputa pelo Senado Federal no estado. André Fufuca (PP), com 21,43% dos votos, e Lahesio Bonfim (Novo), que conquistou 20,65% dos votos, conseguiram as duas vagas em disputa.

A derrota de Roseana encerra um ciclo político que remonta aos

anos 1950, quando seu pai assumiu o cargo de deputado federal. Sarney exerceu o cargo por três mandatos, até 1965.

Em 1966, foi eleito governador do Maranhão. Em seguida, José Sarney foi para o Senado Federal pela primeira vez, onde ficou até 1985. Foi presidente entre 1985 e 1990. Depois, voltou ao Senado mais uma vez, onde ficou até 2015, cumprindo três mandatos consecutivos.

Roseana seguiu a trajetória política do pai e se elegeu como deputada federal, pela primeira vez em 1990, e ficou no cargo até 1994, quando foi eleita governadora do Maranhão.

Ela ficou no cargo por dois mandatos consecutivos, até 2002. Roseana também foi senadora da República, ficando no cargo até 2009 e mais uma vez voltou

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Roseana Sarney ficou em terceiro lugar na disputa pelo Senado

ao governo do estado, onde ficou até 2014.

Foi eleita novamente para deputada federal em 2022; seu mandato acaba em 2027.